



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Resumo Executivo da 90ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa Realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2017

Local: Sala Plenária de Reuniões Plenária 10º andar

• Pauta da Reunião:

14h – Abertura:

- Presidência do CNDI;
- Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Maria Socorro Medeiros de Moraes.

14h30min - Aprovação da pauta;

14h45min – Informes da Presidência/Vice-Presidência;

15h15min – Informes da Coordenação-Geral;

15h30min – Informes dos Conselheiros;

16h - Deliberações:

- Nota explicativa sobre a próxima CNDPI (2019);
- Proposta de Campanha de divulgação (Comissão de Fundos: autorizar a destinação de recursos e a Comissão de Articulação e Comunicação: a indicação do tema);
- Comissão de Seleção de projetos para Entidades Públicas: Componentes: LUIZÃO, ELENILSON, FERNANDO, GRAÇA FERREIRA e MARCIO SOUZA.

16h30min Notas Técnicas das Comissões e apresentação de relatórios das 05 Comissões Permanentes e do Grupo Temático do Artigo 22 do Estatuto do Idoso;

- GT de Educação (Artigo 22 do Estatuto do Idoso)
- Comissão de Políticas Públicas
- Comissão de Normas
- Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

- Comissão de Gestão do Fundo Nacional do Idoso
- Comissão de Orçamento e Finanças

17h30min - Palavra Livre;

18h – Encaminhamento de atividades referentes as execuções deliberadas nas comissões (análise das propostas do Edital nº 05/2017 CNDI e outras deliberações).

Estiveram presentes na reunião:

Sociedade Civil; Epitácio Luiz Epaminondas (Sintapi); Naira de Fátima Dutra Lemos (Sbgg); Maria Bernadete de Moraes Medeiros (Cfes); Maria Lúcia Secoti Filizola (Ppi); Tereza Rosa Lins Vieira (Ang); Bahij Amin Aur (Oab); Ana Maria Ferreira Melo; Claudia (Ppi); Claudia Maria Bere (Ampid); Marize Barbosa Freire de Lucena (Abraz); Elenilsom Silva de Souza (Morhan); Jose Aureliano Ribeiro de Vasconcelos (Cobap); Adriana Pereira de Souza (Contag); Cristina Sakaki (Anadep); Veronica Tomsic (Sesc Nacional); Marize (Abraz);

Representantes Governamentais; Elizabete Ana Bonavigo (Ms); Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso (Mp); Cristiana Guimarães (Mcidades); Simone Gallo Azevedo (Cnf); Fernando de Lins Santos (Mjisp); Maria Socorro (Sndpi);

Coordenação: Ana Lúcia da Silva.

Maria do Rosário – (MP), deu início a reunião, cumprimentando todos e todas e se apresentou. Relatou que no ano de 2016, passou o monitoramento para os Conselhos Nacionais. Após, realizou uma nova proposta de monitoramento, comentando que em abril de 2016, participou do Fórum Interconselhos onde foram selecionadas algumas metas para monitoramento pela sociedade civil. Lembrou que naquela época, a ideia era que a sociedade civil pudesse fazer o monitoramento na ponta, no local e trazer informações para o governo. Porém, ocorreu uma mudança de governo e a proposta não foi acatada. Comentou sobre sua equipe, do Ministério do Planejamento, ter um compromisso internacional que é o “*OGP- Open GovernmentPartnership*”, cujo a ideia do monitoramento é fazer com que cada conselho escolha cinco metas ou iniciativas para elaborar um que seja mais tempestivo. Pois, o que ocorria anteriormente é que a entrega do monitoramento somente era feita no ano seguinte, ao que tinha sido realizado. Comentou que isso na realidade não era um monitoramento, pois o fato já havia ocorrido. E que isto, não faria muito sentido, e pontuou “*gente tem que monitorar enquanto está sendo*



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

implementado justamente correção de rumos”. Segundo seu entendimento, seria apresentado no Fórum uma nova proposta, tentando vencer algum obstáculo e se articulando durante o monitoramento e durante a execução da política. Ressaltou, a necessidade de que os conselhos então, escolham as 5 metas ou iniciativa dentro de sua agenda. Quanto a organização, e programação do fórum explicou, que foi feita a agenda sobre o PPA 12/ 2015, da mudança e do modo como era feito o PPA anteriormente, onde cada órgão tinha um ou mais programas e suas metas. Convidou a todos pra olharem com atenção o PPA. Após, explicou o que era a agenda, uma maneira diferente de olhar o PPA que o que iria acontecer é uma nova pactuação, que o PPA fora atualizado em LOA em 2017, e propôs duas reuniões de conselho para que, pudesse trazer para um relatório de como estava o andamento da meta, para que se pudesse tomar alguma providência. Tratou também, sobre a importância das escolhas das metas, explica sobre a implementação junto com o órgão responsável quem vai dar andamento. Explicou, que ainda não foi decidido sobre a disponibilização da informação dentro do Ministério, que talvez pudesse ser colocado num sistema, também falou sobre o site PPA cidadão estar igual ao anterior, apenas foi atualizado. Após, relatou sua dificuldade para abrir o site para mostrar o funcionamento. Pediu desculpas pelo seu computador não estar abrindo o PDF, e explicou sobre a agenda que todos estão recebendo que seria do fórum passado. Após, perguntou aos demais conselheiros qual seria a melhor metodologia.

Tereza Lins – (ANG), relatou que a secretária já havia apresentado as metas escolhidas, perguntou se teria divergência uma vez que a Secretária escolhera uma meta e todos escolhendo outras.

Maria do Rosário – (MP), explicou que foram escolhidas duas propostas.

Tereza Lins – (ANG), perguntou qual foi a outra emenda

Maria Lucia Secoti – (PPI), respondeu, que foi o kit equipagem para Conselhos.

Tereza Lins – (ANG), questionou se não teria mais força, se selecionasse as duas.

Maria do Rosário – (MP), explicou que não teria nenhum impacto orçamentário que a escolha será para monitorar a implementação que for escolhida, explicou sobre a apresentação da Secretária, e sobre a questão da Pessoa Idosa dentro do PPA.

Epitácio Luiz Epaminondas – (SINTAPI), colocou que não estava compreendendo a discussão, se era sobre o PPA ou Monitoramento. E relatou que o monitoramento não é PPA, e que precisa se definir as propostas.

Maria do Rosário – (MP), explicou, que se tratava de coisas diferentes e que a Secretária havia selecionado, eram emendas ao orçamento.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Alba Maria Paulino – (MPS), explicou que o conselho é o controle democrático, e tem que fazer o monitoramento da implementação da política do idoso, e que todos deveriam monitorar todas as metas.

Marize Barbosa – (ABRAZ), explicou que precisavam de cinco propostas, para monitoramento tempestivo.

Alba Maria Paulino – (MPS), perguntou o motivo de serem somente cinco.

Maria do Rosário – (MP), explicou sobre a importância da agenda e os motivos de serem somente cinco. Explicou que a agenda teria os temas: “Uso Múltiplo da Água”, “Desenvolvimento Rural Sustentável” e “Economia Solidária” e que seriam doze agendas, nove transversais e três temáticas. Total de sessenta para entrarem em contato com o órgão implementador, que seria trabalhoso, e necessitaria de equipe e tempo. Explicou sobre a dificuldade de os Ministérios abrirem informações. Também, falou sobre a metodologia está dentro de um compromisso internacional de transparência que é parceria para o Governo aberto, que o Brasil é um dos países signatário, que a CGU comandava no Brasil. Também comentou que o monitoramento mesmo seria em 2018 e 2019, que se tudo desse certo a ideia seria de expansão.

Naira Dutra – (SBGG), pediu esclarecimento sobre a sequência não ser a mesma e que a primeira já seria outro número, e questionou sobre a implementação, se seria monitorado cinco dentre todas, e qual garantia teria. Perguntou se todos compreenderam as suas dúvidas.

Maria do Rosário – (MP), explicou sobre estarem sendo selecionados metas e iniciativas do PPA 16, 19.

Tereza Lins – (ANG), explicou que na pauta de Políticas Públicas iriam criar mecanismo para monitorar.

Maria do Rosário – (MP), Foi feita a leitura sobre os programas, 2015, fortalecimento do Sistema Único de Saúde. 2016 Políticas para as Mulheres Promoção da Igualdade e Enfrentamento a Violência. 2035 Esporte Cidadania e Desenvolvimento. 2037 Consolidação de Sistema Único de Assistência Social. 2038 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública. 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito. 2049 Moradia Digna. 2052, Pesca e Agricultura. 2054 Planejamento Urbano. 2061 Previdência Social. 2063 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. 2064 Promoção e defesa dos Direitos Humanos. 2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. 2076 Desenvolvimento e Promoção do Turismo e 2080 Educação de Qualidade para todos.



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Maria Lucia Secoti – (PPI), sugeriu, que fosse feita toda a leitura do documento, para que não restassem dúvidas.

Cristiana Guimarães – (MINC), Opinou dizendo que se perderia muito tempo lendo todo o documento, que poderiam votar os cinco tópicos mais importantes e ler os tópicos escolhidos.

Veronica Tomsic – (SESC), falou que em relação ao SUS e SUAS, nada se conseguiria dos outros sem os dois, que se todos concordassem dos cinco dois seriam esses e seria priorizado os três mais votados.

Tereza Lins – (ANG), acrescentou o 6064.

Maria do Rosário – (MP), explicou que o programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, estava sendo feito pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Epitácio Luiz Epaminondas – (SINTAPI), sugeriu que seria melhor que fosse com o encaminhamento até o final. Concluiu dizendo o grupo deveria votar novamente, e após a votação voltariam a discutir.

Maria do Rosário – (MP), falou que poderiam continuar da forma que faziam anteriormente, e falou sobre os programas que ainda faltavam votar.

Veronica Tomsic – (SESC), relatou que não votou em mobilidade urbana porque imaginava que estaria dentro do planejamento urbano. Após, perguntou se poderia ser explicado a diferença.

Maria do rosário – (MP), explicou que a questão de Mobilidade e Trânsito seria um programa predominante dos Ministérios da Cidades.

Tereza Lins – (ANG), pediu que fosse explicada a diferença entre um para e outro.

Cristiana Guimaraes - (MINC), respondeu que a diferença seria que: uma é de Transporte que seria a SEMOB-Secretaria de Mobilidade Urbana que tinha, acessibilidade nos Transportes com foco nisso, e a outra seria de Moradia que era a Secretaria de Habitação, e a outra era a Secretaria que é do Ministério, que era do programa “Minha Casa Minha Vida”, que todas faziam parte do Ministério das Cidades.

Maria Lucia Secoti – (PPI), perguntou se Mobilidade Urbana entraria na questão da violência do trânsito.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Maria do Rosário – (MP), explicou que todos poderiam olhar a página quinze onde estava o detalhamento, e perguntou se haveria algum voto para o Planejamento Urbano. Após, fez um questionamento sobre os votos e relatou a quantidade de votos dos programas, Povos Indígenas, Educação de Qualidade para Todos, Programa de Previdência, Previdência Social, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos quatorze votos também. Tratou, sobre a quantidade de votos dos programas Programa Mobilidade Urbana, Planejamento Urbano, Programa de Políticas para as Mulheres e Educação. Quanto, a programação dali em diante, começou a leitura e pediu para que todos acompanhassem, e começou por Previdência Social e depois foi para Direitos Humanos, explicou que no total teriam que escolher cinco, e falou sobre as metas. Nas metas, a distribuição de 6 milhões de caderneta de saúde da Pessoa Idosa, falou sobre ampliar a farmácia popular, sobre os programas “*Brasil sem Miséria*”, “*Mais Medico*” e sobre custear 3500 polos do programa Academia da Saúde e Garantia do atendimento 100% da demanda de vacinas pactuadas para o programa nacional de imunizações.

Maria do Rosário – (MP), pontuou que nem todos os Conselhos votou, e que a ideia seria que aqueles que tinham feito a seleção poderiam apresentar como fora o processo de escolha, e falou sobre a importância de todos os Conselhos estarem reunidos para falarem de suas experiências com o processo de escolha.

Claudia Maria Bere – (AMPID), afirmou ter dúvida em relação a escolha da seleção.

Maria do Rosário – (MP), respondeu que já estava selecionado, e que o Conselho Nacional de Assistência Social escolheu uma meta relacionada a alimentação, e o CONCEA, desejava monitorar o que tivesse relação com a alimentação, que todos iriam receber as informações das metas da agenda.

Veronica Tomsic – (SESC), relatou não saber como seria feito a votação das cinco metas, e entendeu que se foi votado as cinco frentes o ideal seria que tivesse saído uma de cada frente. Sugeriu, a ampliação das equipes estratégicas da saúde família para 46 mil e que o fato de andar no interior percebeu que estratégia saúde da família teria o foco na prevenção.

Cristina Sakaki – (ANADEP), concordou por ser importante, a questão de realizar quinze milhões de mamografias, que seria muita preocupação com câncer de mama, que câncer poderia dar em qualquer lugar, e que o entendimento deveria ser de todos.

Marize Barbosa – (ABRAZ), apresentou uma terceira proposta, que seria a implantação das novas equipes de atenção domiciliar, que seria uma ação importante dentro da saúde para a Pessoa Idosa, pelo fato de que no envelhecimento se tem muitas doenças.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Naira Dutra – (SBGG), falou que defende a ideia, porque era coordenadora de programa de atenção domiciliar e que i não estavam ligados a nenhuma Universidade ou programas de estratégia de saúde da família e os profissionais, não eram capacitados no envelhecimento, e sugeriu que começasse pela capacitação.

Maria Lucia Secoti – (PPI), relatou sobre a realidade que a pastoral vivenciava que seria a questão da saúde bucal, sugeriu atenção para esse tema para que pudessem ampliar o acesso

Magda Fernanda Medeiros – (MJ), falou sobre a proposta odontológica, que estariam vendo o levantamento de opções dentro daquele filtro, e que achava que poderia ser as cinco finais, e que fariam a exposição e por fim poderiam fazer a leitura de todas com as pré-seleções e escolheriam as cinco.

Maria do Rosário – (MP), perguntou se todos concordariam com a proposta, e informou que foram selecionados a 0266 que trataria da saúde bucal, a 0265 que trataria a Estratégia saúde da família, 0260 de equipe de atenção domiciliar e a 05QQ formação e capacitação.

Claudia Maria Bere - (AMPID), fez uma observação, que teriam metas e iniciativas bastante abrangentes que não seriam específicas para pessoa idosa. Também falou sobre o PPA, e relatou que devesse privilegiar o que for mais específico para a Pessoa Idosa, que apoiava a questão da capacitação.

Maria Lucia Secoti – (PPI), acrescentou que sobre a iniciativa 06J6 da saúde bucal, que seria uma Formulação do Componente Saúde para Construção de uma política Inter setorial de cuidados com a pessoa idosa.

Maria do rosário – (MP), perguntou se poderia passar para o SUAS, Comentou sobre ampliar a cobertura dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para 100% dos municípios brasileiros expandindo sua cobertura aos 532 municípios ainda não financiados, falou sobre ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de proteção social especial de média complexidade para 1500 novos municípios com população inferior há 20 mil habitantes totalizando 73% dos municípios deste porte. Implantar em todas as capitais os serviços de proteção social básicas no domicílio para pessoas com deficiências e idosas atendendo prioritariamente os beneficiários do BPC, sobre a Produção de orientações técnicas para qualificação dos serviços de proteção social básica e especial, considerando os territórios urbano e rural e respeitando as especificidades rurais, locais e regionais e as particularidades de segmentos populacionais e étnicos raciais, Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas, Mulheres, Povos Indígenas, povos e Comunidades Tradicionais, LGBT, Juventude entre outros. Qualificação de atendimento para a criança, adolescentes e jovens, mulheres vítimas de violência, vítimas de preconceito





MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

racial, pessoas idosas e pessoas com deficiência de acordo com os parâmetros do SUAS. Ampliação da cobertura e qualificação de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias em Centros Dias e residências inclusivas. Ampliar as oportunidades de acesso das pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC aos serviços sócios assistenciais na perspectiva garantia da convivência familiar e comunitária. Mobilizar e acompanhar 100% das famílias de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC em idade escolar que estão fora da escola, visando assegurar a sua inclusão e permanência na escola e o acesso aos demais direitos. Articulações das ações que visem ampliar as oportunidades de inclusão social dos beneficiários do BPC junto as áreas de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, turismo e habitação e o aprimoramento do processo de acesso ao BPC com integração de ações entre o INSS e as Estâncias do SUAS por meio da descentralização dos mecanismos de requerimento.

Claudia Maria Bere – (AMPID), comentou sobre as metas na linha do estava sendo falado, que eram mais abrangentes, falou que não via nada específico para a pessoa idosa. Citou como exemplo, o Centro Dia e a questão do fluxo do Disque denúncia. Falou que a 059Y seria mais relativa ao idoso, que a meta que estaria sendo falada seria *“ampliação da cobertura e qualificação dos serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência”*, *“ampliação da cobertura e qualificação, e que Isso não estaria tipificado pelo Ministério.*

Alba Maria – (MPS), falou que todos estavam tipificados no SUAS que toda a regulamentação do serviço de Assistência Social já estava tipificada, e a importância da Norma 73 antiga que teria sido adaptada, e teria também uma outra norma a da RDC e do Ministério da Saúde. Relatou que a Política de Assistência seria transversal e Inter setorial e que não poderia desresponsabilizar os SUAS, também falou sobre a luta de todos que trabalham na área da saúde e de Assistência que sempre lutaram por percapta cofinanciado, pois os serviços que a Assistência Social teria que Cofinanciar seria ampliar ILPI, Centro Dia, Casa Lar e Assistência Domiciliar , sugeriu que todos focassem na votação, no que poderia ser ampliado porque na ocasião até a Secretária Nacional teria feito uma reunião com o grupo da Gestão Tripartite pedindo uma prioridade para o Presidente da República e falou sobre a importância do atendimento domiciliar. E por fim, relatou defender as propostas 049, o 049S ou 0011. 00IU, o 049S ou o 058T .

Maria Lucia Secoti – (PPI), sugeriu focar nas metas para a pessoa idosa e que concordava com Dra. Claudia sobre estar praticamente pulverizado. Sugeriu também, trazer uma informação que seria a questão do cronograma de fluxo do Disque Denúncia e que se tirasse do eixo e subisse o de mobilidade urbana ou planejamento urbano para que se tivesse um olhar diferenciado para a política da Pessoa Idosa.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Maria do Rosário – (MP), pontuou que esse eixo já estava sendo analisado, que se ao final da análise dos cinco eixos, quando voltassem para selecionar a meta se nenhuma meta fosse selecionada então poderiam selecionar outra meta de algum dos eixos selecionados e pediu para que se focassem nos eixos selecionados. Explicou, para quem não havia entendido, que a proposta que seria de ampliar a cobertura do serviço de convivência; a 049S de implantar em capitais serviços de proteção social básica; a 058T ampliação da cobertura dos Centro Dia e a 059Y de definição de estratégia em parceria com o SDH pra Construção de fluxo, perguntou se poderiam passar para o próximo que seria o programa Previdência Social que estaria na página 15. Quanto a previdência social que seria adequada ao Padrão institucional do INSS, 80% da Rede de Atendimento da Previdência Social pela Genérica, e redução do tempo médio total para decisão de requerimento inicial de Benefícios para 45 dias, e que Previdência Social, só teria essas duas metas, perguntou se todos gostariam de selecionar alguma para poderem discutir depois ou se já poderia selecionar.

Alba Maria – (MP), explicou, que estaria colocando um novo método de gestão onde a área social estaria sendo retirada e que estariam fazendo um movimento muito grande na sociedade buscando apoio para permanecer no âmbito da perícia, pois os peritos estariam recebendo 90 reais por cada benefício que cortavam.

Maria do Rosário – (MP), passou para o próximo ponto- programa de Direitos Humanos 2064, cujo a meta: " articular ampliação e qualificação nos 3 níveis federativos de políticas, programas e serviços para população idosa contemplado as áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda. Iniciativas: equipagem dos espaços físicos dos Conselhos da pessoa idosa em nível distrital, estaduais e municipais das 27 capitais. Articulação, fortalecimento e ampliação da rede nacional da proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa RENADI em todos os estados Brasileiros. Incentivo a instituição dos fundos municipais e apoio a consolidação dos fundos estaduais da pessoa idosa. Produção, publicação e divulgação de materiais informativos e campanhas sobre os direitos da população idosa garantido sua acessibilidade. Articulação para realização dos jogos Brasileiros da pessoa idosa. Incentivo as adesões dos estados e municípios com quatrocentos mil habitantes ou mais, ao compromisso nacional para o envelhecimento ativo. Fomento a capacitação de agentes de direitos especialmente as lideranças idosas. Fomento a capacitação, estudos e pesquisas sobre o envelhecimento e enfrentamento a violência contra pessoa idosa, população idosa. Fortalecimento do trabalho de articulação dos Conselhos municipais, estaduais da pessoa idosa existentes estímulos a criação de novos Conselhos. Ampliação e fortalecimento do Disque Direitos Humanos por meio da realização de acordo de cooperação operacional e pactuação de fluxos de rede". Em seguida explicou que os programas temáticos são



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

formados por objetivo, que estão ligados diretamente ao orçamento, através de metas e iniciativas. Após, colocou em votação cinco iniciativas do programa de saúde, quatro no programa do SUAS, uma no programa de previdência, uma no programa de direitos humanos, e uma no programa de educação.

Tereza Lins – (ANG), ressaltou sobre a importância de o projeto de educação ser monitorado. Quanto a violência contra a mulher, e a pessoa idosa, lembrou que existe o canal Disque100 responsável pelo acompanhamento dessas demandas, e que em cada estado existem as SIAP'S também responsáveis por esse serviço. Foram colocadas em votação as propostas, cujo as mais votadas foram: para a área da saúde a 05QQ levou quatorze votos. Na educação a 060Q obteve 13 votos. 10 votos empataram a 059Y e a da previdência 04NK. Com 14 votos o projeto 05QQ ganhou na saúde. Na educação 060Q com 13 votos. Com 10 Votos SUAS 04NK. No total, foram aprovados 6 projetos.

Flavia Piovesan – (MDH), relatou que na semana seguinte deixaria o cargo de presidente do CNDI, pois havia sido designada para fazer parte da Convenção Interamericana Para Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa. Agradeceu aos membros presentes pela oportunidade de ter trabalhado no conselho, e passou a palavra para o vice-presidente que seria o presidente em seguida, Dr. Bahij Amin Aur.

Bahij Amin Aur – (OAB), Pronunciou-se Dra. Flavia com *tristeza*, pois todos do conselho iriam sentir saudades devido a sua partida, saudades pela confiança depositada no coletivo. Enalteceu o fato de a presidente ter atuado em outras esferas com a temática da pessoa idosa; com palavras de *alegria*, agradeceu em nome do conselho pela oportunidade que a pauta do idoso teria, a visibilidade, e também pela oportunidade de crescimento profissional que ela estava recebendo. Após os conselheiros também demonstraram seus agradecimentos. O Dr Amin também, reenvidincou que o CNDI tivesse assento permanente na Comissão Interministerial Para o Envelhecimento ativo. Os conselheiros debateram brevemente, sobre a importância da presença efetiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, nesta pauta. Após o conselheiro relatou que depois dos informes da coordenação geral, os conselheiros poderiam informar suas contribuições quanto ao fórum interconselhos. Abriu os informes da presidência: 1) participou de um evento no Piauí com os coordenadores de todas as comissões, em defesa do idoso da OAB, onde foi palestrante, e deu várias entrevistas em nome do conselho. 2) informou sobre a importância da elaboração e designação da comissão de seleção, que o conselheiro Luizão ficou responsável pela presidência, o Fernando como membro governamental, e como membro da sociedade civil o Elenilson, e mais dois técnicos que iriam prestar auxílio (Marcio e Graça). Após os conselheiros debateram sobre as melhorias necessárias na comunicação



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

entre CNDI, e o seu público, via internet através das redes sociais, como o site do MDH e a página no facebook.

Ana Lúcia da Silva (Coordenação-CNDI), abriu os seus informes explanando sua preocupação quanto a falta de propostas quanto ao edital de número 5, e que o conselho havia decidido investir 15 milhões em políticas públicas financiando ações 'in loco'. Após, agradeceu ao conselho por tê-la incentivado, na última reunião, a participar do evento da RICOTEC, uma reunião técnica ocorrida em Santiago no Chile, no mês de setembro nos dias onze, doze e treze, com a representação de diversos países.

Após os conselheiros apresentaram os informes.

Depois da apresentação dos informes, os conselheiros debateram sobre o envelhecimento ativo no Brasil. Com o fim da discussão, deu-se por encerrada a reunião do dia 25, restando as deliberações e encaminhamentos, programados para o dia seguinte (26).

Bahij Amin Aur – (OAB), iniciou no dia 26, a reunião relatando que possuía uma solicitação da Comissão de Fundo, quanto a formação da comissão. Como não haviam membros do fundo, ele mesmo faria a apresentação para a parte deliberativa. Apresentou a sugestão da conselheira Claudia Maria Bere, onde cada comissão poderia ter o regimento em mãos, e anotar suas contribuições e em seguida teria uma sistematização das sugestões. Os conselheiros acataram a sugestão do Dr. Bahij Amin Aur.

Maria Lúcia Secoti – (PPI), relatou a preocupação da comissão de articulação com as falhas de comunicação existentes dentro do CNDI. Ressaltou a importância da comissão, ter ciência dos eventos em que os conselheiros estavam representando o CNDI.

Bahij Amin Aur – (OAB), relatou que seria necessário a constituição da comissão de avaliação dos projetos correspondentes ao edital com as entidades públicas, composto pelos conselheiros Epitácio Luiz Epaminondas, Elenilson, Fernando, e os técnicos Graça e Marcio. Os conselheiros aprovaram, os nomes. Após, passou a palavra para as comissões apresentarem os seus relatos.

Claudia Maria Bere – (AMPID), informou que o relatório da comissão de normas era bastante breve, pois possuíam poucos assuntos. O primeiro assunto era pertinente a um ofício da COBAP, a respeito da fiscalização do transporte interestadual gratuito de idosos. O segundo, tratava do requerimento do Sr. Pedro Ubirajara Martins, pedindo a implantação do atendimento preferencial do idoso no posto de saúde de Gravataí no Rio Grande do Sul. Ressaltou a importância da comissão de normas, ter ciência dos assuntos tratados interna e externamente no CNDI. Sugeriu que fosse elaborada uma pasta de ofícios, com os protocolos, que chegavam e saíam da Secretaria, a título de registro e memória. O último



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

tópico da comissão, tratava da revisão do relatório que estava em discussão juntamente as comissões, quanto ao regimento interno. Como **deliberação**, restou determinado que os conselheiros que enviassem suas contribuições quanto ao regimento até o dia 21 de novembro.

Após a palavra foi concedida a comissão de políticas públicas.

Tereza Lins – (ANG), representando a comissão de políticas públicas relatou que a pauta da comissão, era estudar as atribuições de competência do CNDI, das comissões permanentes dos grupos temáticos, do plenário e da secretaria executiva. Após elaborou a leitura do planejamento estratégico da comissão de políticas públicas. Em seguida relatou que tiveram uma conversa com o funcionário Andrei, sobre o observatório nacional da pessoa idosa, nos bancos de dados. Nessa conversa, surgiu a ideia de elaboração de curso, com ensino sobre o acesso a todas as bases de dados referente a pessoa idosa. Após, passou a palavra a conselheira Elizabete Bonavigo, para maiores esclarecimentos quanto a conversa ocorrida.

Elizabete Bonavigo – (MS), relatou que o primeiro item discutido na comissão, foi a solicitação da cópia da sistematização realizada pela antiga coordenação geral dos direitos da pessoa idosa, sobre as deliberações da conferência, que a coordenação fez uma sistematização dessas liberações, através de uma planilha. Após, passou a palavra a conselheira Albamaria.

Albamaria Bonavigo - (MDH), relatou que a comissão pensou em elaborar um diagnóstico com os dados atualizados da pessoa idosa. O objetivo desse diagnóstico, visava subsidiar essa gestão, e as outras que viriam com dados mais concisos para elaboração de uma proposta orçamentária concreta.

Tereza Lins – (ANG), relatou que a comissão tinha como encaminhamentos: solicitar a cópia da sistematização realizado pela antiga coordenação geral dos direitos da pessoa idosa sobre as deliberações das conferências nacionais; solicitar a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, o plano estratégico nacional das deliberações da 4ª conferência para avaliação e monitoramento desta comissão, bem como as atribuições da comissão; a comissão de políticas públicas ficou responsável por elaborar um instrumento para acompanhamento, monitoramento do plano estratégico nacional e das deliberações da Conferência Nacional, bem como a formulação e operacionalização dos planos estratégicos estaduais, distrital e municipal decorrente dessas respectivas conferencias. Quanto ao grupo temático, a conselheira relatou que as atribuições designadas, era a visualização da posição dos ofícios enviados ao Conselho Nacional de Educação, em relação ao artigo 22.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Maria Socorro M.Morais – (MDH), relatou que na questão do pictograma, uma entidade não governamental, uma ONG foi elaborada um concurso, onde uma socióloga ao visualizar relatou que os idosos desejavam não usar mais a bengala.

Tereza Lins – (ANG), opinou, com relação a questão ao uso da bengala, que não acreditava que o contingente de pessoas que caíam, seria necessário colocar a bengala para justificar o seu uso. Relatou que com relação ao folder a comissão solicitara a comissão de articulação, e o conselho de comunicação que preparasse campanhas de esclarecimento, com relação a pessoa idosa. Relatou que seria necessário a análise de terminologias, da universidade aberta a terceira idade, e expressões similares. Após, pediu que para a conselheira Elizabete, procedesse a leitura do ofício elaborado ao Ministro da Educação.

Elizabete Bonavigo – (MS), Fez a leitura do ofício, cuja matriz seria a mesma para os reitores e para a ABNT.

Bahij Amin Aur – (OAB), relatou que a sugestão da comissão era o agendamento de uma reunião com o conselho dos reitores das universidades brasileiras, em Brasília. Em seguida, colocou está e as outras sugestões apresentadas pela comissão em votação. Todas, foram aprovadas pelos membros presentes.

Após, passou-se a palavra para a comissão de articulação.

Maria Lúcia Secoti – (PPI), relatou que dentro do fórum inter conselhos, a comissão trabalhou em alguns tópicos. Dentre eles: 1) a revisão e atualização da cartilha que orientava na apresentação de projetos em virtude, do que foi discutido na reunião anterior, mas o conselho havia deixado essa pauta para o próximo encontro, em virtude dos arquivos que ainda não haviam sido recebidos. 2) referente a resolução 33 de 24 de maio de 2017, estabelecendo diretrizes e parâmetros para regulamentação do artigo 35 da lei 10.741, quanto ao estatuto do idoso, quanto ao contrato de prestação do serviço de toda entidade de longa permanência ou casa lar, com a pessoa idosa abrigada substituindo a resolução anterior que era o número 12 de 2008. Que a comissão reiterou a solicitação feita na reunião passada, para inserção no site do conselho nacional. 3) o conselho já tinha definido, mas ficou pendente a data da reunião descentralizada e encontro, com os presidentes dos conselhos nacionais. Após os conselheiros debateram sobre a data da reunião descentralizada em Aracajú.

Deliberação: data para realização da Reunião descentralizada nos dias 11, 12 e 13 de abril.

Em seguida, a palavra foi concedida a comissão de gestão do fundo.

Simone Galo – (CNF), relatou que a comissão possuía duas frentes a serem apresentadas aos conselheiros. 1), tratava do pedido para uma destinação adicional de 1 milhão de reais



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

para complemento do edital, que foi publicado no mês da reunião, para as entidades públicas. Dessa forma, relatou que o pleito da comissão era que o pleno deliberasse pela autorização da destinação adicional de 1 milhão de reais para essa atividade, que já estava prevista no edital. Relatou também uma destinação no valor pelo plano orçamentário de R\$ 16,5 milhões onde parte do valor (7 milhões), foi destinado a um edital, e 8 milhões para outro. Dessa forma, existia uma sobra orçamentária no valor de 500 mil reais, e que esse dinheiro poderia ser destinado a qualquer outro projeto. Relatou que a sugestão de sua comissão, seria um projeto de campanha através da comissão de comunicação.

Bahij Amin Aur – (OAB), relatou que conversou com várias pessoas sobre essas sugestões, e que para não precisaria diminuir os outros projetos, aumentariam 1 milhão conforme sugerido pela comissão de gestão do fundo, e após a aprovação encaminharia a secretaria, para que ela pudesse resolver os casos omissos. A sugestão foi colocada em votação, e foi aprovada pelos demais conselheiros.

Deliberação: Ajustes no edital juntamente a SNDH.

Simone Galo – (CNF), relatou que a comissão havia iniciado a análise do próximo edital, para 2018 para as entidades da sociedade civil. A princípio, a comissão iria propor basicamente o mesmo edital que foi elaborado no ano de 2017, e apresentou as propostas de alteração em relação ao último edital, aos demais conselheiros que fora elaborado pela comissão.

Bahij Amin Aur – (OAB), após os itens apresentados, relatou que pediria para que fosse elaborada a minuta, e enviada a todos os conselheiros para conhecimento, para que o documento pudesse ser trabalhado na próxima reunião.

Claudia Maria Bere – (AMPID), esclareceu que quando o Presidente da República, encaminhou a convenção para o Congresso, foi um motivo de muita alegria, e que isso era uma fase do processo de ratificação. Relatou que a convenção ainda não estava em vigor, e que ela teria que ser aprovada pelo Congresso e promulgada. Ressaltou a importância do CNDI, lutar pela aprovação como status constitucional, e que a AMPID estava redigindo uma nota no mesmo sentido, e que depois compartilharia com o restante dos conselheiros. Após a conselheira ressaltou a importância de os conselheiros governamentais comparecerem as reuniões. Pois não havendo o quórum mínimo, o conselho ficaria prejudicado quanto as deliberações.

Bahij Amin Aur – (OAB), comprometeu-se a entrar em contato com as entidades governamentais, solicitando a presença dos conselheiros, em seguida relatou que caso alguém ainda tivesse algum assunto a tratar, que deixasse para a próxima reunião. Após agradeceu pela presença de todos, e deu por encerrada a reunião.



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 09º andar
70308-200 – Brasília – DF - (61) 2027-3014

Para constar eu Eunice da Silva lavrei o presente Resumo Executivo. Brasília, 10 de outubro de 2018